

Entre as dificuldades de um estudo sobre condições de vida e pobreza, destaca-se a definição do que é ser pobre e como operacionalizar este conceito. Tendo em vista a complexidade do fenômeno, constituído por múltiplos aspectos e por mecanismos geradores e reprodutores que se superpõem, é em torno do indicador a ser utilizado para avaliar o grau e a extensão da pobreza que se concentram as polêmicas sobre o assunto.

Os conceitos e medidas de pobreza existentes procuram, basicamente, estabelecer uma situação, classificando pessoas, famílias ou unidades agregadas – municípios, distritos, setores censitários, etc. – de acordo com um atributo ou conjunto de atributos que representam *proxies* do nível de bem-estar.

Uma das formas mais freqüentes de se conceituar a pobreza é a partir de noções normativas que se apoiam, sobretudo, nas percepções de qual padrão de vida seria desejável em uma sociedade. Nessa vertente, destaca-se a construção das *linhas de pobreza* que, em geral, são definidas a partir de um padrão de consumo alimentar. Assim, as famílias ou indivíduos são classificados em *pobres* ou *não pobres* de acordo com a insuficiência ou suficiência da sua renda em propiciar o acesso àquele padrão.

Por outro lado, pode-se recorrer à noção de vulnerabilidade social de pessoas, famílias ou comunidades, entendida como uma combinação de fatores que possam produzir uma deterioração de seu nível de bem-estar, em consequência de sua exposição a determinados tipos de riscos. Nesse sentido, vulnerabilidade é uma noção multidimensional, na medida em que afeta indivíduos, grupos e comunidades em planos distintos de seu bem-estar, de diferentes formas

3. Dessa opção analítica, decorre um importante aspecto: a dificuldade de se construir uma única escala ordenada, uma vez que cada dimensão possui significados próprios que dificilmente podem ser comparados entre si, além da necessidade de um amplo e diversificado conjunto de informações sobre a população a ser caracterizada, seja ela indivíduos, famílias ou coletividades.

e intensidade. Entre os fatores que compõem as situações de vulnerabilidade social estão: “a *fragilidade* ou *desproteção* ante as mudanças originadas em seu entorno, o *desamparo* institucional dos cidadãos pelo Estado; a *debilidade* interna de indivíduos ou famílias para realizar as mudanças necessárias a fim de aproveitar o conjunto de oportunidades que se apresenta; a *insegurança* permanente que paralisa, incapacita e desmotiva no sentido de pensar estratégias e realizar ações com o objetivo de lograr melhores condições de vida” (Busso, 2001).

Logo, a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade (Katzman, 1999). Assim, a vulnerabilidade à pobreza não se limita em considerar a privação de renda, central nas medições baseadas em linhas de pobreza, mas também a composição familiar, as condições de saúde e o acesso a serviços médicos, o acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequadas, a existência de garantias legais e políticas, etc.

Por exemplo, a simples condição de família monoparental, com crianças pequenas e chefiada por uma mulher, não a torna necessariamente vulnerável, mas a combinação dessa situação com a baixa escolaridade da chefe configura uma situação de vulnerabilidade social, uma vez que os recursos cognitivos possuídos por essa família podem ser insuficientes para lhe garantir níveis adequados de bem-estar, expondo-a, assim, a riscos variados como agravos à saúde, violência e pobreza.<sup>3</sup> Por conseguinte, se famílias com tais características concentram-se em determinadas

áreas urbanas, essas localidades podem ser definidas como prioritárias para intervenções específicas com vistas à redução desses riscos e/ou superação dessa situação.

Nesse sentido, buscou-se operacionalizar esse conceito por meio de um indicador que permitisse classificar áreas geográficas, segundo os recursos que a população ali residente possui. Como unidade dessas áreas, foi adotado o setor censitário (território contíguo que abriga em média 300 domicílios), produzido no âmbito do Censo Demográfico 2000.

Tal escolha baseou-se na disponibilidade da informação a esse nível de detalhamento e em sua condição de unidade de coleta do Censo, o que faz com que todo setor censitário possua uma média de 300 domicílios territorialmente contíguos, independentemente do porte populacional do município em que esteja localizado. Essa unidade permite identificar com maior precisão as diversas situações que configuram as condições de vida das pessoas, não perceptíveis quando são utilizados os municípios (ou distritos administrativos) como unidades de análise, além de neutralizar o efeito dos diferentes portes populacionais nos resultados. No presente estudo, foram utilizados 48.683 setores censitários do Estado de São Paulo.

A unidade de informação considerada foi o domicílio particular permanente definido como: "moradia de uma ou mais pessoas onde o relacionamento entre os seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência, e que foi construído para servir exclusivamente de habitação" (IBGE, 2002), que se confunde com

o conceito de família adotado pela Fundação Seade.<sup>4</sup> Da mesma forma, estudo realizado por Bercovich e Pereira (1999), com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pelo IBGE em nove regiões metropolitanas do Brasil, em 1996, mostra uma média de 1,003 unidades de consumo por domicílio, ou seja, um excedente de menos de 3% sobre o total de domicílios.<sup>5</sup> Esses dados justificam a utilização do domicílio particular permanente como uma *proxy* da família em estudos de condições de vida e pobreza.

O indicador resultante consiste em uma tipologia derivada da combinação entre duas dimensões – socioeconômica e demográfica –, que classifica o setor censitário em seis grupos de vulnerabilidade social, denominada Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). A dimensão socioeconômica compõe-se da renda apropriada pelas famílias e do poder de geração da mesma por seus membros. Já a demográfica está relacionada ao ciclo de vida familiar. Apresenta-se anexa a relação das variáveis utilizadas na construção do indicador.<sup>6</sup>

Na dimensão socioeconômica considerou-se que níveis baixos de renda definem a situação de pobreza, enquanto a escassez de fontes de rendimentos seguros e regulares delimitam situações concretas de riscos à pobreza. Entre os maiores riscos destacam-se o desemprego e a inserção precária no mercado de trabalho que, além da irregularidade dos rendimentos, deixa grandes contingentes de trabalhadores excluídos dos benefícios disponíveis para aqueles que estão inseridos de forma regular no mercado de trabalho.

4. Nas pesquisas domiciliares realizadas pela instituição, mais de 97% dos domicílios são formados por uma única família.

5. Para a POF, a unidade de consumo é a unidade "constituída por um único morador ou conjunto de moradores que compartilham a mesma fonte de alimentação, isto é, que dividem os alimentos ou realizam em conjunto os gastos alimentares comuns" (Manual do Entrevistador, 1996, apud Bercovich e Pereira, 1999).

6. A metodologia adotada na construção dessa tipologia foram os modelos de análise fatorial e de análise de agrupamentos. O primeiro, amplamente utilizado em análises regionais, permite identificar a estrutura de interdependência entre diversas variáveis, isolando as dimensões comuns ao conjunto das variáveis em estudo. Por meio da análise de agrupamentos, foram gerados os grupos de setores censitários com perfis similares, nas dimensões identificadas pela análise fatorial, que constituem o IPVS (ver Anexo Metodológico).

O montante de renda auferido pela família foi expresso pela renda do chefe do domicílio. Já o poder de geração e manutenção regular de renda foi medido por meio do nível de escolaridade do chefe – anos de estudo e acesso à educação básica. Tendo em vista que a baixa instrução de um indivíduo potencializa seu risco de uma pior inserção no mercado de trabalho e acarreta maior probabilidade de experimentar situações de desemprego, considerou-se que um indicador de escolaridade seria adequado para tal medição. Assim, setores censitários que concentram parcelas expressivas de chefes de família com baixa renda e/ou pouca escolaridade podem ser associados a condições vulneráveis à pobreza.<sup>7</sup>

A dimensão relacionada ao ciclo de vida das famílias foi expressa pela idade do responsável e a presença de crianças com idade até quatro anos. Diferentemente da dimensão socioeconômica, não há relação imediata entre pobreza e ciclo de vida. Mesmo assim, o ciclo de vida tende a atuar como um fator que potencializa o risco à pobreza. Ou seja, uma família jovem, com crianças pequenas e com baixos ativos cognitivos e econômicos tende a estar mais exposta a riscos sociais do que outra, com os mesmos recursos, mas numa fase posterior do ciclo de vida, quando seus filhos já atingiram a idade adulta, por exemplo. Essa abordagem, além de caracterizar diferentes situações de vulnerabilidade social, permitindo uma melhor compreensão do fenômeno, aponta para a necessidade de formulação de políticas públicas voltadas para situações particulares, como as de famílias com presença de crianças ou de idosos em condição de risco.

Os seis grupos ou tipos de áreas que constituem o IPVS, que, juntamente com sua representação cartográfica (contendo todas as informa-

---

7. A escolha do chefe do domicílio decorre do fato de que, na maioria das famílias, é ele o principal provedor. De acordo com a Pesquisa de Condições de Vida, em 1998, no Estado de São Paulo, o responsável pela família respondia por mais de 70% da renda familiar total.

ções necessárias para a sua localização espacial no perímetro dos 645 municípios do Estado de São Paulo), são um importante instrumento para subsidiar a definição de prioridades e estratégias para a ação pública, visando o combate à pobreza, estão apresentados no Quadro 1.

**Grupo 1 – Nenhuma Vulnerabilidade:** engloba os setores censitários em melhor situação socioeconômica (muito alta), com os responsáveis pelo domicílio possuindo os mais elevados níveis de renda e escolaridade. Apesar de o estágio das famílias no ciclo de vida não ser um definidor do grupo, seus responsáveis tendem a ser mais velhos, com menor presença de crianças pequenas e de moradores nos domicílios, quando comparados com o conjunto do Estado de São Paulo.

**Grupo 2 – Vulnerabilidade Muito Baixa:** abrange os setores censitários que se classificam em segundo lugar, no Estado, em termos da dimensão socioeconômica (média ou alta). Nessas áreas concentram-se, em média, as famílias mais velhas.

**Grupo 3 – Vulnerabilidade Baixa:** formado pelos setores censitários que se classificam nos níveis altos ou médios da dimensão socioeconômica e seu perfil demográfico caracteriza-se pela predominância de famílias jovens e adultas.

**Grupo 4 – Vulnerabilidade Média:** composto pelos setores que apresentam níveis médios na dimensão socioeconômica, estando em quarto lugar na escala em termos de renda e escolaridade do responsável pelo domicílio. Nesses setores concentram-se famílias jovens, isto é, com forte presença de chefes jovens (com menos de 30 anos) e de crianças pequenas.

**Grupo 5 – Vulnerabilidade Alta:** engloba os setores censitários que possuem as piores condições na dimensão socioeconômica (baixa), estando entre os dois grupos em que os chefes de domicílios apresentam, em média, os níveis mais baixos de renda e escolaridade. Concentra famílias mais velhas, com menor presença de crianças pequenas.

**Grupo 6 – Vulnerabilidade Muito Alta:** o segundo dos dois piores grupos em termos da dimensão socioeconômica (baixa), com grande concentração de famílias jovens. A combinação entre chefes jovens, com baixos níveis de renda e de escolaridade e presença significativa de crianças pequenas permite inferir ser este o grupo de maior vulnerabilidade à pobreza.

### Considerações Metodológicas

Alguns esclarecimentos adicionais devem ser feitos para permitir o uso adequado do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), enquanto instrumento de mensuração da pobreza sob o enfoque multissetorial. Recorde-se que essa tipologia classifica cada um dos setores censitários do Estado de São Paulo segundo

níveis de vulnerabilidade social a que estão sujeitos seus residentes.

Importa destacar que os grupos foram gerados com base nas características socioeconômicas e demográficas dos residentes no conjunto do Estado, garantindo, assim, a maior cobertura possível da população paulista e tornando todos os municípios do Estado comparáveis entre si. Utilizaram-se os 48.683 setores censitários com informação disponível, sejam urbanos (43.509) ou rurais (5.174).

Outro fato a ser mencionado é o caráter relativo do estudo. Os critérios que definiram a escala de vulnerabilidade são relativos à realidade do conjunto do Estado de São Paulo, em 2000. Dessa forma, a condição de nenhuma vulnerabilidade corresponde à melhor situação observada no Estado naquele ano e a de vulnerabilidade muito alta à pior.

A fonte dos dados para o estudo é outro elemento importante a ser considerado, uma vez que somente o Censo Demográfico permite a obtenção de informações intra-urbanas, em âmbito de setor censitário. Porém, essas informações são de certa forma limitadas, uma vez que não podem ser realizados certos tipos de cruzamentos no grau de desagregação desejado, como, por exemplo, a escolaridade do responsável do domicílio segundo sexo e idade.

**Quadro 1**  
**Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS**

| Grupo | Dimensões      |                                    | IPVS                        |
|-------|----------------|------------------------------------|-----------------------------|
|       | Socioeconômica | Ciclo de Vida Familiar             |                             |
| 1     | Muito Alta     | Famílias Jovens, Adultas ou Idosas | Nenhuma Vulnerabilidade     |
| 2     | Média ou Alta  | Famílias Idosas                    | Vulnerabilidade Muito Baixa |
| 3     | Alta           | Famílias Jovens e Adultas          | Vulnerabilidade Baixa       |
|       | Média          | Famílias Adultas                   |                             |
| 4     | Média          | Famílias Jovens                    | Vulnerabilidade Média       |
| 5     | Baixa          | Famílias Adultas e Idosas          | Vulnerabilidade Alta        |
| 6     | Baixa          | Famílias Jovens                    | Vulnerabilidade Muito Alta  |